

JUVENTUDES, TRABALHO E EDUCAÇÃO: REALIDADES E PERSPECTIVAS DE JOVENS DE ILHA GRANDE DO PIAUÍ

SAMUEL PIRES MELO¹²

GABRIEL CLYSMAN PEREIRA¹³

RESUMO

Este artigo analisa as relações entre juventude, trabalho e educação em Ilha Grande do Piauí. A pesquisa, um estudo de caso, sob abordagem qualitativa baseou-se em entrevistas com 10 estudantes do ensino médio e na análise de conteúdo, articulando contribuições teóricas da sociologia das juventudes. Os resultados revelam que os jovens atribuem à educação um papel central, embora critiquem o suporte escolar para a inserção no mundo do trabalho. Portanto, os jovens demonstram esperança no futuro, mas também criticidade ao sistema educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes; Trabalho; Educação; Meritocracia; Ensino Médio.

ABSTRACT

The results show that young people view education as central to transforming their realities, although they criticize the insufficient school support for entering the job market. This article examines the relationships between youth, work, and education in Ilha Grande do Piauí. The research, a case study with a qualitative approach, was based on interviews with 10 high school students and content analysis, incorporating theoretical contributions from the sociology of youth. The results show that young people attribute a central role to education, although they criticize the school's support for entering the world of work. Thus, the youth express hope for the future but also critique the educational system.

KEYWORD: Youth; Work; Education; Meritocracy; High School.

¹² Docente do Departamento de Ciências Sociais da Educação da UFDpar.

¹³ Mestrando em Sociologia pela UFPI.

Introdução

Nas últimas décadas, as profundas transformações estruturais no mundo do trabalho - marcadas pela precarização, flexibilização e desregulamentação das relações laborais - reconfiguraram radicalmente as trajetórias juvenis, especialmente em contextos periféricos (STANDING, 2011; CORROCHANO, 2014). No Brasil, esse cenário assume contornos particulares quando analisado à luz das desigualdades regionais e da crise estrutural do sistema educacional, que sistematicamente falha em articular formação humana e demandas do mercado (DAYRELL, 2014; ARROYO, 2014). Este artigo investiga como jovens estudantes do ensino médio em Ilha Grande do Piauí - município com IDH baixo (0,563) e economia baseada predominantemente em pesca, turismo e comércio local - constroem suas expectativas de inserção laboral, problematizando o papel ambíguo da escola entre potencial emancipatório e reprodução de desigualdades estruturais.

A pesquisa se justifica por três lacunas fundamentais na literatura: (1) a escassez de estudos qualitativos sobre juventudes em pequenos municípios do semiárido nordestino, onde as dinâmicas trabalho-educação assumem configurações singulares diante da limitada diversificação econômica; (2) a necessidade de desnaturalizar o discurso meritocrático hegemônico que atribui aos indivíduos a responsabilidade exclusiva por seu sucesso ou fracasso (FRASER, 2016), obscurecendo determinações estruturais; e (3) a urgência de analisar criticamente os impactos da implementação do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017) em contextos de vulnerabilidade social acentuada, onde as políticas educacionais frequentemente chegam de forma tardia e descontextualizada.

Ancoramo-nos teórica e conceitualmente em três eixos principais: primeiro, no conceito de “juventudes” no plural (GROPPO, 2000; REZENDE, 1989), que reconhece as heterogeneidades de classe, gênero, raça e território, resistindo a visões homogeneizantes; segundo, na teoria da reprodução social de Bourdieu (1983) e seus desdobramentos contemporâneos, que iluminam como a escola pode tanto perpetuar desigualdades quanto servir como espaço de resistência e ressignificação; e terceiro, nos estudos críticos sobre o trabalho juvenil (CORROCHANO, 2014; NONATO & CORROCHANO, 2021), que analisam a precariedade como dimensão constitutiva das biografias jovens nas periferias do capitalismo. Dialogamos ainda com a produção recente sobre neoliberalização da educação (LAVAL, 2004; HARVEY, 2005) e com as contribuições de Nancy Fraser (2016) sobre justiça redistributiva e reconhecimento.

Metodologicamente, optamos por um estudo de caso qualitativo (YIN, 2015) realizado na única escola de ensino médio do município, combinando: (1) entrevistas semiestruturadas com 10 estudantes (5 do 1º ano e 5 do 3º ano), selecionados para captar diferenças nas

perspectivas ao longo do ciclo educacional; (2) análise de conteúdo (BARDIN, 2011) dos discursos sobre trabalho, futuro e o papel da educação; (3) observação participante do ambiente escolar; e (4) análise de dados secundários do IBGE, IDHM e do Plano de Desenvolvimento Territorial local. A triangulação desses métodos permitiu mapear tanto as representações dos jovens quanto as condições materiais que as estruturam.

Nossos resultados revelam uma contradição central: enquanto os jovens depositam na educação suas esperanças quase exclusivas de mobilidade social, reproduzindo um discurso meritocrático internalizado, a escola demonstra incapacidade estrutural de mediar sua inserção laboral de forma crítica e contextualizada. Esta pesquisa oferece três contribuições principais: (1) evidências empíricas sobre as estratégias de sobrevivência e os projetos de futuro da juventude em contextos de baixo desenvolvimento regional; (2) uma crítica fundamentada à naturalização da precariedade como “oportunidade” (LAVAL, 2004) nos discursos educacionais; e (3) subsídios para políticas públicas que articulem educação e trabalho a partir das realidades locais, não de modelos importados.

Como limitações do estudo, reconhecemos: (1) o número reduzido de entrevistas, ainda que suficiente para saturação teórica no contexto investigado; (2) a necessidade de futuras pesquisas comparativas com outros municípios do litoral piauiense; e (3) a importância de aprofundar, em estudos subsequentes, as diferenças de gênero nas expectativas laborais, apenas tangenciadas nesta investigação.

A análise está organizada em quatro seções: (1) referencial teórico sobre juventudes, trabalho e educação; (2) detalhamento metodológico; (3) apresentação e discussão dos resultados; e (4) considerações finais com recomendações para políticas públicas e pesquisas futuras. Acreditamos que este trabalho possa informar tanto o debate acadêmico sobre desigualdades educacionais quanto as práticas pedagógicas em contextos similares.

Apontamentos teóricos sobre juventudes, educação e trabalho

A análise das relações entre juventude, trabalho e educação exige um arcabouço teórico multidimensional, capaz de articular as transformações estruturais do mundo do trabalho com os processos educativos e as construções identitárias juvenis. Estes apontamentos organizam-se em torno de três eixos inter-relacionados: as concepções sociológicas das juventudes, a precarização do trabalho na contemporaneidade e o papel ambivalente da educação. Busca-se, assim, compreender as formas pelas quais tais dimensões se entrelaçam na produção das desigualdades sociais e nas possibilidades de resistência e transformação.

Juventudes como categoria sociológica plural

A concepção de juventude não pode ser compreendida como categoria homogênea ou estática. Conforme argumenta Bourdieu (1983), o conceito é frequentemente instrumentalizado para reforçar estruturas de poder, naturalizando desigualdades sociais. Rezende (1989) propõe o uso do termo no plural - “juventudes” - para capturar a diversidade de experiências marcadas por pertencimentos de classe, gênero, etnia e território:

Ao analisarmos os jovens, devemos considerar necessariamente seu meio de origem: camadas trabalhadoras, médias ou altas. Cada nível apresenta sua própria heterogeneidade, com ocupações diversas associadas a rendimentos e atributos sociais específicos (Rezende, 1989, p. 5).

Essas diferenças estruturais moldam modos de vida, valores e formas de sociabilidade. Groppo (2000) amplia essa análise ao criticar o modelo hegemônico de juventude - branca, masculina e ocidental -, propondo uma abordagem que reconheça a complexidade dos grupos juvenis subalternizados: “Grupos juvenis de operários, não brancos ou não ocidentais frequentemente adotam símbolos da cultura dominante, mas os ressignificam através de leituras críticas que contestam seus detentores originais” (Groppo, 2000, p. 17).

A multiplicidade das juventudes, portanto, não se limita a recortes etários, mas emerge de experiências socioculturais concretas que instituem trajetórias específicas, como argumenta Groppo (2000, p. 19). Bourdieu (1983) também contribui ao desnaturalizar a juventude como categoria homogênea, demonstrando como a idade é socialmente manipulada para atender a interesses de grupos dominantes, ocultando desigualdades profundas entre jovens estudantes e trabalhadores.

Precarização do trabalho e juventudes contemporâneas

As transformações recentes do mundo do trabalho impactaram profundamente as trajetórias juvenis. Estudos de Corrochano (2014) e Nonato e Corrochano (2021) evidenciam como a desregulamentação laboral, a flexibilização produtiva e o avanço de formas atípicas de trabalho intensificaram a precarização. A inserção profissional juvenil passou a ser marcada por contratos temporários, informalidade e atividades autônomas desprovidas de direitos.

Nonato e Corrochano (2021) identificam quatro dimensões centrais do trabalho para as juventudes brasileiras: necessidade de sobrevivência, construção de valor identitário, espaço de sociabilidade e busca por autonomia financeira. Essa dinâmica é particularmente visível em contextos periféricos como o município de Ilha Grande do Piauí, cuja economia baseada na pesca, turismo e comércio oferece poucas oportunidades de trabalho formal e estável.

Educação entre reprodução e resistência

A educação aparece como campo ambivalente: ao mesmo tempo que é apresentada como promessa de mobilidade social, frequentemente reproduz desigualdades estruturais. Bourdieu e Passeron (1975) destacam o papel da escola na conversão de vantagens culturais em “méritos” individuais. Mészáros (2008), por sua vez, denuncia a função ideológica do sistema educacional, que limita o pensamento crítico e naturaliza a lógica do capital:

Felizmente, muitos dos nossos processos contínuos de aprendizagem situam-se fora das instituições educacionais formais [...], pois esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada. (Mészáros, 2008, p. 53).

Freire (1996) e Dayrell (2014), no entanto, destacam o potencial emancipatório da educação, especialmente quando esta se articula com as culturas juvenis. Em contextos como o de Ilha Grande, observa-se uma contradição: os jovens depositam suas esperanças na educação, mas enfrentam um sistema escolar incapaz de mediar a inserção laboral, reforçando um discurso meritocrático descolado das condições concretas de vida.

Savage (2021) e Dardot e Laval (2016) analisam a meritocracia como dispositivo ideológico central ao neoliberalismo, que responsabiliza os indivíduos por seu sucesso ou fracasso, ocultando os mecanismos sistêmicos de exclusão. Essa lógica é interiorizada por jovens que, apesar das adversidades, atribuem o êxito apenas ao esforço pessoal.

Conexões entre juventude, trabalho e educação

Moura (2014) contribui com uma leitura integrada dos três eixos desta análise. A autora evidencia a dualidade entre a educação voltada para empregados e empregadores, demonstrando como o mercado, embora demande maior qualificação, não garante absorção dos jovens no trabalho formal. A exigência de diplomas, experiência e atualização constante reforça a instabilidade e aprofunda as desigualdades: “Anos atrás diploma era garantia

de emprego, mas atualmente os jovens que concluem o ensino médio e universitário se deparam com uma forte concorrência de desempregados e com a exigência de um perfil que não possuem” (Moura, 2014, p. 12).

O empreendedorismo e o trabalho informal emergem como alternativas viáveis – muitas vezes, as únicas possíveis – o que acentua o individualismo e invisibiliza os condicionantes estruturais da trajetória juvenil.

A articulação entre juventude, trabalho e educação exige uma abordagem sociológica sensível à complexidade das determinações estruturais e às formas de agência possíveis. Ao dialogar com autores clássicos e contemporâneos, busca-se problematizar os limites da escolarização como instrumento de mobilidade social, destacando a centralidade do trabalho nas experiências juvenis e os desafios impostos pela ideologia meritocrática. Conforme propõe Fraser (2016), superar tais contradições requer políticas públicas que combinem redistribuição material com o reconhecimento das diferenças – tarefa urgente em realidades periféricas como a de Ilha Grande do Piauí.

Metodologia

Esta pesquisa adota o delineamento de estudo de caso, conforme definido por Yin (2015), com o objetivo de compreender, de maneira aprofundada e contextualizada, as relações estabelecidas entre os jovens residentes no município de Ilha Grande (PI) em uma escola de ensino médio e o mundo do trabalho. O estudo busca apreender os sentidos atribuídos por esses sujeitos à escolarização, às suas trajetórias sociais e às condições materiais e simbólicas que moldam suas experiências.

Segundo Yin (2015, p. 17), o estudo de caso configura-se como uma investigação empírica que examina um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são nitidamente definidos. Nessa perspectiva, o contexto não é um dado externo, mas sim um componente indissociável do objeto de estudo.

Fontes de evidência: entrevistas e observação participante

As fontes primárias utilizadas neste estudo consistem em entrevistas semiestruturadas e observação participante realizadas no Centro Estadual de Tempo Integral (CETI) Marocas Lima – única instituição pública de ensino médio no município de Ilha Grande (PI). Ambas as técnicas foram aplicadas de forma integrada, visando captar as percepções juvenis

sobre trabalho e escolarização, bem como as dinâmicas institucionais e pedagógicas que moldam esse cotidiano.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com estudantes do 1º e do 3º ano do ensino médio, no primeiro semestre de 2024. Elas foram selecionadas com o intuito de contemplar tanto as expectativas iniciais quanto as percepções consolidadas em relação ao processo educacional e às perspectivas de inserção laboral. A seleção dos participantes baseou-se em critérios de acessibilidade e diversidade de experiências escolares e sociais. As entrevistas seguiram um roteiro flexível, possibilitando a emergência de temas relevantes não previstos inicialmente. Os diálogos foram registrados com o consentimento prévio dos participantes, por meio de gravações em aplicativo de áudio no celular.

Conforme Yin (2015, p. 117), as entrevistas são fontes fundamentais em estudos de caso, uma vez que oferecem acesso a dimensões humanas e comportamentais, permitindo compreender as motivações, significados e estratégias dos sujeitos sociais.

A observação participante, por sua vez, foi realizada em dias específicos de imersão no ambiente escolar e também durante a aplicação das entrevistas. Foram observadas atividades em sala de aula, interações nos intervalos, reuniões docentes e rotinas administrativas.

De acordo com Yin (2015, p. 119), a observação direta oferece evidências complementares valiosas, especialmente quando associadas a outras fontes, como as entrevistas. A imersão no campo possibilitou a construção de um olhar mais abrangente e crítico sobre as condições reais em que se insere a juventude investigada.

Procedimentos de análise: análise de conteúdo

Para o tratamento dos dados empíricos, foi utilizada a análise de conteúdo, conforme os procedimentos metodológicos propostos por Bardin (2011). Esta técnica tem como objetivo identificar os significados latentes nas falas e registros, ultrapassando a dimensão superficial do discurso e buscando compreender as estruturas simbólicas subjacentes às manifestações dos sujeitos.

A análise seguiu três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. A pré-análise consistiu na organização do corpus, leitura flutuante, formulação de hipóteses e categorização preliminar dos conteúdos. Na etapa seguinte, procedeu-se à codificação sistemática dos dados, com base em categorias emergentes e teoricamente fundamentadas. Por fim, os resultados foram organizados em

quadros analíticos que possibilitaram a inferência e a interpretação à luz do referencial teórico adotado.

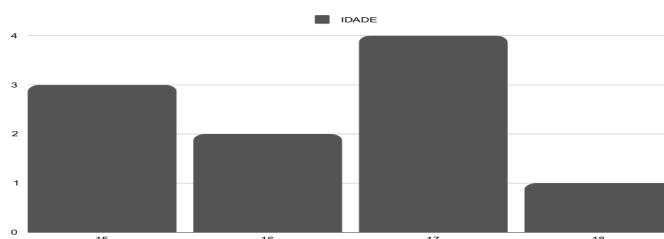
Assim, a combinação entre os procedimentos de coleta descritos por Yin (2015) e os métodos de análise de Bardin (2011) assegura à pesquisa consistência metodológica, validade interna e rigor analítico, fundamentos essenciais para a produção de conhecimento sociológico comprometido com a compreensão das múltiplas dimensões que atravessam as juventudes, o trabalho e a educação.

Realidades e perspectivas de jovens do ensino médio de ilha grande do Piauí

Perfil dos Alunos Entrevistados

A amostra deste estudo compreendeu 10 estudantes regularmente matriculados no Centro de Ensino em Tempo Integral (CETI) Marocas Lima, instituição pública que oferece ensino médio integrado a cursos técnicos no contraturno escolar. Os participantes foram selecionados mediante procedimento intencional (PATTON, 2002), com idades entre 15 e 18 anos (média de 16,4 anos; desvio padrão de 1,2), distribuídos igualmente entre o 1º ano (15-16 anos) e 3º ano (17-18 anos) do ensino médio. (Ver figura 1)

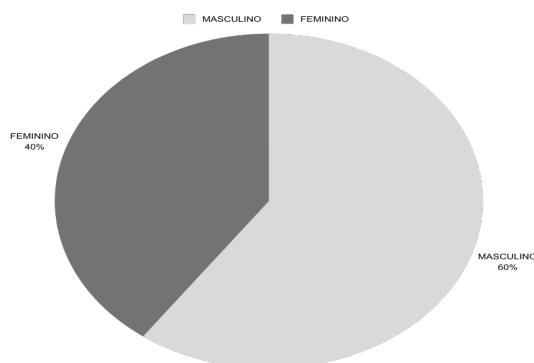
Figura 1 - Idade dos jovens entrevistados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Quanto à composição por gênero, 60% dos participantes (n=6) se autodeclararam do sexo masculino e 40% (n=4) do feminino, seguindo o princípio da autodeclaração espontânea conforme recomendações éticas para pesquisas com populações juvenis (Resolução CNS 510/2016). (Ver figura 2)

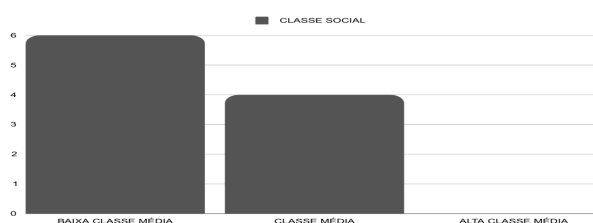
Figura 2 - Gênero dos jovens entrevistados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

No aspecto étnico-racial, observou-se que 80% dos entrevistados (n=8) se identificaram como pardos e 20% (n=2) como brancos, proporção que reflete o perfil demográfico regional conforme dados do IBGE (2022). A autopercepção de classe social revelou que 60% (n=6) se consideram pertencentes à baixa classe média, utilizando como referência os critérios da ABEP (2018), enquanto os demais 40% distribuíram-se em outras categorias socioeconômicas. (Ver figuras 3 e 4)

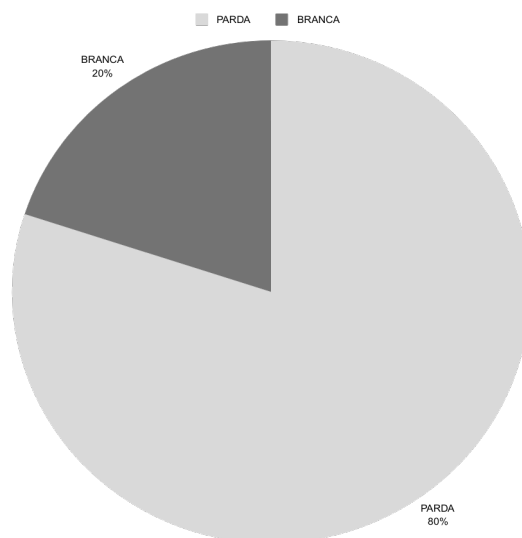
Figura 3 - Classe social dos Jovens entrevistados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Vale destacar que a predominância de autodeclarações como pardos (80%) não apenas acompanha as tendências demográficas locais, mas também ressalta a importância de considerar as dimensões étnico-raciais nas análises sobre trajetórias educacionais e expectativas profissionais, particularmente em regiões marcadas por processos históricos específicos de formação populacional. A combinação entre os dados quantitativos apresentados e as narrativas qualitativas coletadas nas entrevistas permitiu construir um retrato multidimensional dos jovens participantes, fundamentando análises subsequentes sobre suas percepções quanto às relações entre educação e mundo do trabalho.

Figura 4 - Etnia dos jovens entrevistados.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Todos os participantes residiam no núcleo urbano central de Ilha Grande do Piauí ou em áreas adjacentes, com tempo médio de deslocamento até a escola de 22 minutos, fator que indica relativa homogeneidade no que diz respeito à acessibilidade geográfica à instituição educacional.

Representatividade das categorias juventude, trabalho e educação por jovens ilha-grandense.

A análise textual dos discursos dos entrevistados foi realizada por meio de procedimentos sistemáticos de linguística de corpus (BERBER SARDINHA, 2004), utilizando o software InSite (versão 4.2) para identificar termos estatisticamente significativos ($p < 0,05$) que compõem o núcleo central das representações sociais (MOSCOVICI, 2003) sobre trabalho e educação. Embora o roteiro semiestruturado tenha influenciado o direcionamento temático, a análise lexical permitiu capturar categorias emergentes que transcendiam o escopo pré-definido da pesquisa. O processo incluiu a depuração do corpus por meio da exclusão de palavras-função (artigos, preposições, conjunções) e verbos de ligação, além da padronização morfológica (lematização), seguindo os princípios da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Essa abordagem quantitativa complementou a análise qualitativa, possibilitando a identificação de núcleos de sentido compartilhados, o mapeamento de redes semânticas implícitas e a triangulação entre dados discursivos e estatísticos. (Ver quadro 1)

Quadro 1 - Palavras-chave identificadas.

PALAVRA	REPETIÇÕES
TRABALHO	32 Menções
FACULDADE	16 Menções
AJUDA	15 Menções
ENEM	14 Menções
CLASSE	12 Menções
FUTURO	11 Menções
MERCADO	9 Menções
REDAÇÃO	8 Menções
MATEMÁTICA	7 Menções
EMPREGO	5 Menções

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A análise quantitativa dos termos mais recorrentes nos discursos dos entrevistados revela uma estrutura semântica organizada em três eixos principais: trabalho (46 menções combinando “trabalho”, “mercado” e “emprego”), educação (45 menções reunindo “faculdade”, “ENEM”, “redação” e “matemática”) e suporte social (27 menções somando “ajuda” e “classe”). A proeminência absoluta do termo “trabalho” (32 ocorrências), com frequência dupla em relação ao segundo colocado (“faculdade” - 16), indica sua centralidade na construção identitária dos jovens pesquisados. A significativa diferença entre “trabalho” (32) e “emprego” (5) sugere uma distinção conceitual importante, onde o primeiro parece abranger dimensões existenciais mais amplas, enquanto o segundo se restringe à inserção formal no mercado. O binômio “faculdade-ENEM” (30 menções combinadas) evidencia o vestibular como mecanismo percebido de mobilidade social, enquanto a presença marcante de “ajuda” (15) e “classe” (12) revela uma consciência das determinações sociais que contradiz visões puramente individualistas. A relativa equivalência entre “redação” (8) e “matemática” (7) questiona estereótipos sobre a primazia das ciências exatas no imaginário meritocrático. (Ver quadro 1 e figura 5)

Figura 5 - Nuvem de palavras-chave.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A análise lexical das entrevistas, conforme quadro 2, revelou termos recorrentes que expressam as preocupações centrais dos jovens entrevistados, como “trabalho”, “faculdade”, “ajuda”, “emprego” e “ENEM”. Tais palavras foram agrupadas em categorias temáticas que expressam dimensões estruturais e subjetivas da experiência juvenil. A categoria “trabalho e mercado”, por exemplo, remete ao anseio por inserção profissional, ao passo que a categoria “educação/formação” revela tanto expectativas de mobilidade quanto dificuldades concretas, como a preparação para o ENEM e a percepção das disciplinas escolares. Já os termos ligados às condições sociais, como “classe” e “ajuda”, evidenciam a centralidade da família e das desigualdades econômicas nas trajetórias educacionais e laborais desses sujeitos.

Quadro 2 - Contexto em que as palavras-chave aparecem na entrevista.

PALAVRA	CONTEXTO
TRABALHO	O termo “Trabalho” se destaca não apenas pelo fato do direcionamento da pesquisa ser sobre essa temática, mas para além disso, há uma preocupação genuína dos jovens em relação ao que estes terão como ofício após a sua saída da educação básica.
FACULDADE	O termo “Faculdade” aparece associado ao próximo passo dos jovens estudantes na sua jornada profissional. Em diversos momentos os entrevistados demonstraram determinação genuína em adentrar um curso superior.
AJUDA	O termo “Ajuda” vem associado ao auxílio que os estudantes recebem de seus familiares para a permanência exclusivamente dedicados à sua educação, e também aparece quando os estudantes vão falar o motivo pelo qual estão estudando, que é ajudar seus pais nos custos em casa.
ENEM	O termo “ENEM” se destaca em suas falas sobre a preparação para a inserção no ensino superior através do exame.
CLASSE	O termo “Classe” aparece quando os jovens estudantes apresentam a sua situação socioeconômica, destacando o contexto em que vivem e suas condições financeiras.
FUTURO	O termo “Futuro” está associado às perspectivas dos jovens após sua saída da escola, em que estes elencam as possibilidades.

MERCADO	O termo “Mercado” está em 100% dos casos associados à falas referentes ao mercado de trabalho.
REDAÇÃO	O termo “Redação” aparece em destaque devido a esta ser uma das áreas que os estudantes sentem mais dificuldade em relação ao ENEM.
MATEMÁTICA	O termo “Matemática” aparece frequentemente quando os estudantes são questionados sobre quais áreas do conhecimento consideram mais importantes para a inserção no trabalho.
EMPREGO	O termo “Emprego” entra em evidência associado às perspectivas futuras dos jovens entrevistados que destacam a expectativa por um bom emprego.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Esta distribuição lexical corrobora estudos recentes sobre a socialização juvenil (CORROCHANO & FREITAS, 2015; DUBET, 2020), particularmente no que concerne à internalização de valores meritocráticos (SENNETT, 2006) e à complexa relação entre projetos educacionais e realidade laboral.

Expectativas dos Jovens e o Papel da Escola na Inserção no Mundo do Trabalho

A relação entre a escola e a preparação dos jovens para o mercado de trabalho tem sido alvo de críticas por parte dos próprios estudantes, que apontam a insuficiência do suporte oferecido pela instituição escolar. Essa defasagem se manifesta na percepção dos jovens de que não há uma ponte efetiva entre a educação formal e as demandas do mundo do trabalho. Conforme destacam Nonato e Corrochano (2021, p. 32), o trabalho deve ser compreendido como um espaço de formação humana, no qual o sujeito se constitui enquanto ser social, desde que articulado a uma perspectiva de trabalho decente e educativo. No entanto, os discursos dos jovens entrevistados revelam que a escola não cumpre essa função de maneira satisfatória, deixando de proporcionar uma formação integral que os auxilie a se projetarem no futuro profissional. Um dos pontos centrais de insatisfação diz respeito à disciplina “Projeto de Vida”, instituída pela Lei nº 3.415/2017, que, na prática, não atende às expectativas dos estudantes. Como relata o Jovem 2:

[...] era para a gente se encontrar em cada aula deles o que a gente poderia querer ser quando a gente tivesse idade suficiente para a faculdade e saber o trabalho que a gente quer ter. Mas muitos deles (professores) não conversam sobre isso [...] a matéria Projeto de Vida, que eu imaginei que era nessa matéria que eles iriam conversar sobre no que a gente vai querer e como a gente pode reagir com isso quando tiver a idade adequada [...] Tem uns que já conversam mais sobre isso, mas a maioria não.

Essa fala evidencia a necessidade de maior engajamento dos educadores e da gestão

escolar em discutir, de forma sistemática, as possibilidades profissionais com os alunos, ampliando sua visão sobre o futuro. Além disso, há uma crítica à falta de estrutura para o enfrentamento de desafios como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme aponta o Jovem 3:

Tem uma parte que sim, podemos dizer que apoia. Mas ele não dá a estrutura adequada [...] começou isso agora, porque no primeiro ano não falava nada do ENEM. Começaram agora no terceiro [...] eu acho que ficaria melhor se a gente tivesse passado no primeiro.

Weller (2014, p. 141) reforça essa preocupação ao destacar que os jovens necessitam de apoio para projetar seu futuro profissional, mas muitas vezes não encontram na escola as condições necessárias para essa reflexão. A falta de preparo contínuo para o ENEM e vestibulares, especialmente em áreas críticas como matemática e redação, agrava essa defasagem.

Outro problema recorrente é a desconexão entre o currículo escolar e as aspirações profissionais dos estudantes. O Jovem 8, por exemplo, relata que sua área de interesse - Educação Física - não é devidamente contemplada: “A escola não me incentiva muito, porque o que eu quero fazer quase não dão aula aqui [...] na teórica eu acho que tem poucas aulas na semana, só tem uma, e na prática o professor não vem. Não tem!”

Essa situação ilustra um grave desestímulo às vocações dos alunos, uma vez que a escola falha em oferecer disciplinas essenciais mesmo quando estas integram a estrutura curricular obrigatória. Além disso, iniciativas extracurriculares, como cursos profissionalizantes, muitas vezes não são concluídas devido a problemas estruturais. O Jovem 4 menciona: “A gente não teve uma certa base em relação ao ENEM, vestibular [...] até teve um curso de serviços jurídicos, mas [...] não tivemos uma base monetária pra terminar [...] a gente concluiu, mas não sabemos se vamos ganhar o certificado.” Essa falta de continuidade reforça a percepção de desorganização e insuficiência no apoio oferecido pela escola.

Diante das lacunas escolares, muitos jovens recorrem ao suporte familiar para orientação profissional. O Jovem 5 destaca: “Não muito [a escola ajuda], por que assim, desde que eu entrei na adolescência meus pais me estimulam falando dessas coisas do mercado de trabalho e tudo mais.” Urge, portanto, uma revisão das políticas educacionais e das práticas pedagógicas, de modo a integrar efetivamente a formação escolar com as exigências do mercado de trabalho e as aspirações dos jovens.

O papel da família e das redes de amizade nos conflitos juvenis em relação ao mercado de trabalho

A família exerce um papel fundamental na mediação entre destes jovens entrevistados e o mercado de trabalho, atuando tanto como suporte afetivo quanto como orientadora nas escolhas profissionais. Os relatos dos entrevistados evidenciam que os pais, especialmente as mães, tendem a incentivar a continuidade dos estudos como estratégia para garantir melhores condições de vida no futuro. O Jovem 1, por exemplo, destaca o posicionamento de sua mãe: “Minha mãe quer que eu foque mesmo nos estudos [...] ela diz que não é necessário eu estar me aperreando pra procurar emprego [...] se eu quero fazer faculdade, focar na faculdade. Ela disse que não tenha pressa para procurar um emprego.”

Esse discurso reflete uma perspectiva comum em famílias que, mesmo enfrentando dificuldades financeiras, priorizam a educação como investimento no futuro dos filhos, adiando sua inserção precoce no mercado de trabalho. Moura (2014, p. 10) ressalta que muitos jovens buscam conciliar estudo e trabalho tanto por necessidade econômica quanto pelo desejo de autonomia. No entanto, no caso analisado, a família assume os custos da formação, permitindo que o jovem se dedique exclusivamente aos estudos.

Outro aspecto relevante é a transmissão intergeracional de experiências laborais negativas, que motiva os pais a orientarem os filhos a evitarem trajetórias profissionais precarizadas. Como afirma o Jovem 3: “Minha mãe fala pra eu estudar pra não sofrer, tipo assim, receber reclamações. Ela não quer essa vida pra gente, por isso ela quer que a gente estude.”

Nonato e Corrochano (2021, p. 33) reforçam que, em camadas populares, muitos jovens são obrigados a conciliar trabalho e estudo por necessidade de sobrevivência, o que frequentemente leva ao abandono escolar. Assim, quando a família consegue sustentar a dedicação exclusiva aos estudos, isso representa uma vantagem significativa na trajetória educacional do jovem.

Além da família, os grupos de amigos desempenham um papel crucial na construção das expectativas profissionais dos jovens. As interações entre pares permitem a troca de ideias, o compartilhamento de anseios e a construção coletiva de perspectivas de futuro. O Jovem 1 relata: “A gente tem coisas diferentes, só que todo mundo compreende o outro [...] tem alguns que ainda estão dentro da bolinha, têm medo de ir pro mundo [...] a gente fala pra ele: não vai, que pode dar certo!”

Essas dinâmicas evidenciam que os amigos atuam como suporte emocional e intelectual, ajudando uns aos outros a enfrentar incertezas e a explorar novas possibilidades. O Jovem 4 complementa: “Tenho um grupo de colegas que, quando a gente está em rodas de

conversa, fala sobre curso superior, meios de trabalho, como podemos engajar no mercado de trabalho.”

Essas conversas demonstram que, mesmo oriundos de classes sociais semelhantes, os jovens desenvolvem aspirações distintas, mas reconhecem a educação como caminho comum para alcançar seus objetivos. Além disso, atividades extracurriculares, como esportes, fortalecem esses laços e proporcionam espaços alternativos de socialização. Conforme relata o Jovem 8: “Pratico Jiu-Jitsu, vôlei e futsal, e dentro do meu grupo de amigos tem uns três que praticam as mesmas atividades que eu.”

Ao serem questionados sobre suas expectativas de futuro, todos os entrevistados afirmaram acreditar na educação como meio de ascensão social. No entanto, seus discursos revelam uma dualidade: enquanto alguns enfatizam o esforço individual, outros reconhecem os limites estruturais. O Jovem 7, por exemplo, expressa uma visão marcadamente meritocrática: “Hoje em dia a pessoa tem que ter vontade [...] se não sair com os estudos completos daqui, não vai ter um futuro bom.” Já o Jovem 8, embora também valorize a dedicação pessoal, atribui à escola um papel facilitador: “A escola só tá me dando um empurrão [...] eu já fiz minha parte, agora é com você.” Essa narrativa reflete a internalização de valores neoliberais que responsabilizam o indivíduo pelo sucesso ou fracasso, obscurecendo as desigualdades estruturais. Como alerta Arroyo (2014, p. 70), a escola reproduz lógicas seletivas e meritocráticas que reforçam a segregação social.

Os jovens entrevistados demonstram que tanto a família quanto as redes de amizade são fundamentais em sua preparação para o mercado de trabalho. Enquanto a família atua como incentivadora da educação, os amigos proporcionam espaços de diálogo e apoio mútuo. No entanto, a crença na educação como via de mobilidade social é permeada por discursos meritocráticos, que muitas vezes desconsideram as barreiras estruturais. Assim, é essencial que políticas educacionais e sociais ampliem o debate sobre as reais condições de acesso ao trabalho digno, evitando a culpabilização individual e promovendo perspectivas mais coletivas de transformação social.

Considerações finais

Este estudo buscou analisar as complexas relações entre juventude, trabalho e educação no município de Ilha Grande do Piauí, destacando o papel central da escola na construção de expectativas e na preparação dos jovens para o mercado de trabalho. Os resultados evidenciam que, embora a educação seja percebida como uma via fundamental para a transformação social, persistem lacunas significativas entre o currículo escolar e as

demandas reais dos estudantes, tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional.

Os jovens demonstram esperança em relação ao futuro, mas também consciência crítica sobre as limitações do sistema educacional. A ausência de uma transição gradual entre os anos iniciais e finais do ensino médio, por exemplo, faz com que muitos só se atentem para questões laborais quando estimulados por agentes externos à escola, como familiares e amigos. Nesse contexto, a família e as redes de amizade emergem como suportes essenciais, oferecendo orientação e apoio emocional na construção de projetos de vida.

Os achados reforçam a necessidade de políticas públicas mais efetivas e personalizadas, capazes de articular educação e mundo do trabalho de forma concreta. Estratégias como estágios, visitas técnicas, programas de mentoria e oficinas de desenvolvimento de habilidades apresentam-se como alternativas viáveis para reduzir a distância entre a formação escolar e as exigências do mercado. Contudo, é fundamental que tais iniciativas considerem as particularidades socioeconômicas dos jovens, evitando abordagens homogeneizantes que desconsiderem desigualdades estruturais.

Esta pesquisa não investigou a existência ou efetividade de políticas públicas municipais direcionadas às juventudes, limitação decorrente do escopo temporal do trabalho de campo. Estudos futuros poderiam explorar, por meio de análises documentais e entrevistas com gestores, se há ações locais em vigor e como elas impactam a trajetória dos estudantes. Além disso, seria produtivo examinar como as percepções meritocráticas identificadas nos discursos dos jovens dialogam (ou conflitam) com políticas coletivas de inclusão.

Para garantir uma inserção digna e igualitária no mercado de trabalho, é imperativo que os sistemas educacionais combinem acesso universal com atendimento contextualizado, adaptando-se às realidades específicas dos estudantes. A criação de ambientes escolares mais abrangentes – que integrem formação técnica, orientação profissional e discussões críticas sobre o mundo do trabalho – é um passo crucial para que os jovens transformem suas aspirações em projetos viáveis. Somente assim será possível romper com ciclos de reprodução de desigualdades e efetivar o potencial transformador da educação.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. repensar o ensino médio: por quê?. in: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.
- BARBOSA, J. S. Juventude(s): afinal, que sujeitos sociais são estes?. Revista Cadernos de Aplicação, Porto Alegre, v. 34, n.1, p. 831-848, jan./jun. 2021.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70 LDA, 2011.
- BERBER SARDINHA, T. Linguística de Corpus. São Paulo: Manole, 2004.
- BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.
- BRASIL. Lei federal Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm, Acesso em: 10 de jan. de 2025.
- BRASIL. Lei federal Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm, Acesso em: 2 de jan. de 2025.
- CORROCHANO, M. C.; FREITAS, M. V. Juventude e trabalho: experiências e percepções. Brasília: SNJ, 2015.
- CORROCHANO, M. C. Jovens no Ensino Médio: Qual o lugar do trabalho?. in: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.
- DUBET, F. O tempo das paixões tristes. São Paulo: Vestígio, 2020.
- CORROCHANO, M. C. Jovens olhares sobre o trabalho. GT 9 - Trabalho e Educação. 25 REUNIÃO ANUAL, Anped, set. out, 2002.
- GROPPO, L. A. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas e contemporâneas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- IBGE. Portal Cidades: Trabalho e Rendimento. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/ilha-grande/panorama> Acesso em: 16 de mar. de 2023.
- ILHA GRANDE. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Meio Ambiente, Pesca e Agricultura. Plano De Desenvolvimento Territorial Do Turismo De Ilha Grande - Pi. Ilha Grande, 2022.

MÉSZAROS, I.. A educação para além do capital. 2ª ed.-São Paulo: Boi Tempo, 2008.

MOSCOVICI, S. Representações Sociais: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOURA, R. de C. B. de. Educação, Juventude e Trabalho: Reflexões sobre esta Tríade. in: IV Congresso Ibero-Americano De Política E Administração Da Educação. 2014. Anais.... Porto: Anpae, 2014. Disponível em: https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/eixo1.html. Acesso em: 11 de fev. de 2024.

NONATO, S. P.; CORROCHANO, M. C. Juventudes e trabalho. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021. Disponível em: <https://observatoriodajuventude.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/10/Juventudes-e-trabalho-1.pdf>. Acesso em: 19 de fev. de 2024.

PATTON, M. Qualitative Research & Evaluation Methods. 2002.

REZENDE, C. B. Identidade. O que é ser jovem?. Revista Tempo e Presença, n. 240, CEDI, 1989, p. 04-05

SENNETT, R. A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

WELLER, W.. Jovens no Ensino Médio: projetos de vida e perspectivas de futuro. in: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

YIN, R. K. Estudo de Caso. Porto Alegre: Grupo A, 2015. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788582602324/>. Acesso em: 28 fev. 2023.